

O escândalo ronda a área de Beto Richa

PARANÁ Nova operação policial visa primo e grande amigo do governador

POR RENÉ RUSCHEL

O GOVERNADOR do Paraná, Beto Richa, empreendeu um esforço de marketing para tentar limpar sua imagem. Nas últimas semanas, escudado pelo advogado Ives Gandra Martins, influente entre os carolas do Opus Dei e jornalistas da mídia tradicional, visitou algumas das principais empresas de comunicação do País para oferecer sua versão do caos que domina o estado por ele administrado. O tucano valeu-se de uma espécie de salvo-conduto bem aceito em certas camadas sociais: culpou o PT pelos descabimentos de seu mandato. Os professores, que encerraram uma longa greve na terça-feira 9, afirmou, seriam manobrados pelo Partido dos Trabalhadores para desviar o foco da Lava Jato.

Em vão. Na quarta-feira 10, a segunda fase da Operação Publicano, que investiga um esquema de propina na Receita Estadual, aumentou o cerco ao núcleo político de Richa. Entre os 68 mandados de prisão constava o de Luiz Abi Antoun, primo do governador e apontado como um dos mentores do esquema que teria abastecido a campanha à reeleição do tucano. Abi Antoun estava foragido até o fechamento desta edição, na quinta 11. Boatos dão conta de sua fuga do País. Os principais funcionários do Fisco estadual não escaparam, porém. Foram presos, entre outros, Márcio de Albuquerque

Lima, ex-inspetor-geral de Fiscalização da Receita paranaense e amigo íntimo do governador, Lidio Samways Jr., seu sucessor no cargo, e Jaime Nakano, ex-inspetor em Londrina.

A Publicano começou em 2013, mas só ganhou força há menos de 30 dias, após a divulgação do acordo de delação premiada do auditor Luiz Antonio de Souza. O fiscal não só detalhou a composição da suposta quadrilha como afirmou que cerca de 4 milhões de reais desviados abasteceram o comitê de reeleição de Richa no ano passado. O dinheiro era enviado de vários postos de arrecadação do estado. “Com relação às demais delegacias (*sendo certo que isso inclui as delegacias regionais de Maringá, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa*), o compromisso era de que a própria Inspetoria-Geral de Fiscalização (IGF) repassaria diretamente para Luiz Abi 300 mil reais mensais, por cinco meses, que seriam recolhidos pela IGF dessas delegacias”, anota a denúncia

O esquema teria repassado mais de 4 milhões de reais à campanha do tucano em 2014



enviada à Justiça pelo Ministério Público. A segunda fase da operação, aponta o MP, teve o objetivo de prender o “núcleo político” do esquema.

Segundo o auditor, o ex-inspetor Lima, companheiro de Richa em corridas automobilísticas em Londrina e novamente detido, entregava pessoalmente o dinheiro a Abi Antoun. E este teria conhecimento da origem dos recursos, fruto da extorsão de empresários. O PSDB nega as acusações.

O promotor Leonir Batisti, coordenador do Grupo de Combate ao Crime Organizado do MP estadual, aponta a existência de um “sistema endêmico de corrupção” na Receita paranaense, no qual a extorsão se dava das mais diversas formas. Em alguns casos, as empresas eram autuadas por um valor mínimo e o restante desembolsado em forma de propina. Em outros, a companhia era

ROBERTO CUSTÓDIO/JORNAL DE LONDRINA/AG. DE NOTÍCIAS
GAZETA DO POVO/ESTADÃO CONTEÚDO



ameaçada como uma multa e em seguida recebia proposta para evitar o pagamento de impostos. “Pode ser, inclusive, que em algumas situações o que se fazia era um blefe. Não havia nada de irregular, apenas extorsão”, afirma Batisti. Os auditores também cobravam uma taxa para liberar créditos de ICMS em posse dos empresários. Neste caso, relata o promotor, cobrava-se entre 8% e 15% do valor devido pelo poder público.

O Ministério Público ainda não conseguiu calcular o volume de dinheiro desviado. Segundo o promotor Jorge Barreto, coordenador do Gaeco em Londrina, apenas a agência daquela cidade arrecadaria em propina 1 milhão de reais por mês. As evidências demonstram que a corrupção estava entranhada em diversos municípios. “A organização criminosa é a mesma, mas identificamos novos crimes e novos integrantes.”

Após o estouro da operação, Richa voltou a se defender: “Posso assegurar que o estado, o governo, é o maior interessado que essas investigações aconteçam, que tudo seja esclarecido. Se houve prejuízo à arrecadação do Paraná, que seja também levantado e, havendo culpados, que sejam punidos”.

Sobre o fato de um amigo íntimo e um primo descrito como eminência parda do governo serem alvo da investigação, o governador garantiu: “Não posso ser relacionado com malfeitos de quem quer que que esteja sob investigação”. Só não explicou o critério utilizado para a escolha de tantos servidores suspeitos de corrupção e desvio de dinheiro público em um órgão vital. Em nota oficial, conclui que a apuração completa das denúncias é essencial para o cidadão e os contribuintes continuarem a confiar na ação correta e legal



Foragido. Antoun (de gravata vermelha), primo de Richa, não foi encontrado pelos agentes na quarta-feira 10

dos servidores públicos, em todos os níveis da administração estadual.

Para evitar maiores dissabores, o tucano conta com uma base de apoio sólida na Assembleia Legislativa estadual, onde juristas protocolaram um pedido de *impeachment*. Seu esforço para manter essa coesão terá, no entanto, de ser maior. Um grupo de 14 parlamentares de vários partidos constituiu um bloco independente. Somado aos sete integrantes da oposição, esse grupo pode aprovar a criação de uma CPI da Receita Estadual. São necessárias 18 assinaturas para a instalação de uma comissão. Por enquanto, o pedido reúne nove signatários. Segundo Marcio Pacheco, do PPL, a pressão da opinião pública pode empurrar seus pares a assinar o documento. “Não podemos ficar de braços cruzados como meros espectadores. A sociedade exige uma tomada de posição da Casa.” Tercílio Turini, do PPS, partido integrante da coligação que reelegera Beto Richa e da base aliada, tomou a decisão solitária de não apoiar incondicionalmente o governo e fez questão de assinar o pedido de CPI. Para ele, o tucano não será capaz de impedir uma investigação na Assembleia. “É questão de tempo. Pouco tempo.” •

